

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO

GABRIEL HENRIQUE CANDIDO LUCIANO

**A “REFORMA TRIBUTÁRIA” E OS IMPACTOS DOS NOVOS TRIBUTOS IBS
E CBS NAS EMPRESAS.**

UBERLÂNDIA/MG

2024

GABRIEL HENRIQUE CANDIDO LUCIANO

**A “REFORMA TRIBUTÁRIA” E OS IMPACTOS DOS NOVOS TRIBUTOS IBS
E CBS NAS EMPRESAS.**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I do Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Prof. Ricardo Padovini Pleti
Ferreira

UBERLÂNDIA/MG

2024

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. A REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NO BRASIL	9
2.1 BREVE HISTÓRICO DAS REFORMAS TRIBUTÁRIAS NO PAÍS	10
2.2 NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO	12
2.3 PRINCIPAIS PROPOSTAS DE REFORMA EM DISCUSSÃO.....	14
3. A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OPERAÇÕES COM BENS E SERVIÇOS (CBS)	15
3.1 CARACTERÍSTICAS DA CBS	17
3.2 IMPACTOS DA CBS NAS EMPRESAS.....	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22

GABRIEL HENRIQUE CANDIDO LUCIANO

A “REFORMA TRIBUTÁRIA” E OS IMPACTOS DOS NOVOS TRIBUTOS IBS E
CBS NAS EMPRESAS.

Artigo Científico apresentado à Faculdade de Direito
“Professor Jacy de Assis” da Universidade Federal de
Uberlândia (FADIR-UFU) como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador : Ricardo Padovini Pleti Ferreira

Uberlândia, __/__/2024.

Banca Examinadora:

Orientador: _____

Prof. Ricardo Padovini Pleti Ferreira

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

A “REFORMA TRIBUTÁRIA” E OS IMPACTOS DOS NOVOS TRIBUTOS IBS E CBS NAS EMPRESAS.

Resumo

A proposta de reforma tributária tem sido debatida intensamente como uma medida crucial para simplificar o sistema tributário brasileiro e promover maior eficiência econômica. Parte dessa reforma inclui a criação de novos tributos, como a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituiriam impostos federais, estaduais e municipais existentes. Este resumo aborda o impacto potencial desses novos tributos nas empresas brasileiras. A introdução da CBS e do IBS tem o potencial de simplificar o cumprimento das obrigações tributárias, reduzindo a complexidade do sistema e os custos administrativos associados. Com uma base tributária mais ampla e alíquotas uniformes, as empresas poderiam se beneficiar de uma estrutura tributária mais transparente e previsível. No entanto, o impacto desses novos tributos nas empresas também dependerá das alíquotas estabelecidas, das regras de transição e das compensações previstas para evitar aumento da carga tributária. Além disso, a complexidade na definição de setores e produtos sujeitos a diferentes alíquotas pode gerar desafios adicionais para as empresas, especialmente aquelas com operações em vários estados. Para se adaptarem às mudanças, as empresas precisarão revisar suas estratégias de precificação, planejamento tributário e gestão financeira. Investimentos em tecnologia da informação e capacitação de pessoal também podem ser necessários para garantir a conformidade com as novas obrigações fiscais e aproveitar ao máximo os benefícios potenciais da reforma tributária. Enquanto a reforma tributária visa simplificar o sistema tributário brasileiro e promover maior eficiência econômica, o impacto dos novos tributos (CBS e IBS) nas empresas dependerá da forma como essas mudanças serão implementadas e das estratégias adotadas pelas empresas para se adaptarem a elas.

PALAVRAS-CHAVES: Reforma Tributária, CBS, IBS.

Abstract

The tax reform proposal has been intensely debated as a crucial measure to simplify the Brazilian tax system and promote greater economic efficiency. Part of this reform includes the creation of new taxes, such as the Contribution on Goods and Services (CBS) and the Tax on Goods and Services (IBS), which would replace existing federal, state and municipal taxes. This summary addresses the potential impact of these new taxes on Brazilian companies. The introduction of CBS and IBS has the potential to simplify the application of tax obligations, reducing the complexity of the system and associated administrative costs. With a broader tax base and uniform rates, companies could benefit from a more transparent and predictable tax structure. However, the impact of these new taxes on companies will also depend on the conditional rates, transition rules and compensations provided to avoid an increase in the tax burden. Furthermore, the complexity in defining sectors and products subject to different rates can create additional challenges for companies, especially those with operations in several states. To adapt to changes, companies will need to review their pricing, tax planning and financial management strategies. Investments in information technology and personnel training may also be necessary to ensure compliance with new tax obligations and make the most of the potential benefits of tax reform. While tax reform aims to simplify the Brazilian tax system and promote greater economic efficiency, the The impact of new taxes (CBS and IBS) on companies will depend on how innovative these changes will be and the strategies adopted by companies to adapt to them.

Keywords: Tax Reform, CBS, IBS.

1. INTRODUÇÃO

A reforma tributária é um tema de extrema importância para o Brasil, considerando a complexidade do sistema tributário atual e a necessidade urgente de simplificação e modernização. O sistema tributário brasileiro é conhecido por sua alta carga de impostos, burocracia excessiva e falta de transparência, o que impacta diretamente a competitividade das empresas no mercado nacional e internacional. Diante desse cenário, a reforma tributária se apresenta como uma oportunidade para promover mudanças significativas que possam tornar o ambiente de negócios mais favorável e estimular o crescimento econômico do país.

As principais mudanças propostas pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) têm o potencial de impactar profundamente as empresas brasileiras. A unificação de diversos tributos em um único imposto, como proposto pela CBS, pode simplificar os processos de recolhimento de impostos e reduzir a carga tributária para as empresas. Já o IBS, inspirado no modelo do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), busca eliminar a cumulatividade dos impostos sobre bens e serviços, tornando o sistema mais eficiente e transparente.

No entanto, as empresas enfrentarão desafios significativos com a implementação dos novos tributos, como a necessidade de adaptação aos novos processos e sistemas de

recolhimento de impostos. A transição para um novo sistema tributário exigirá investimentos em tecnologia, capacitação de pessoal e revisão dos processos internos das empresas, o que pode gerar custos adicionais no curto prazo. Além disso, a complexidade da legislação tributária brasileira pode dificultar a compreensão das novas regras e gerar incertezas para as empresas.

Apesar dos desafios, a reforma tributária trará possíveis vantagens para as empresas, como a redução da carga tributária total e maior segurança jurídica na relação com o Fisco. A simplificação do sistema tributário pode facilitar o cumprimento das obrigações fiscais pelas empresas, reduzindo os riscos de autuações fiscais e litígios judiciais. Além disso, a previsibilidade das regras fiscais pode estimular investimentos e aumentar a confiança dos empresários no ambiente de negócios brasileiro.

É importante que haja um debate amplo e democrático sobre a reforma tributária, envolvendo não apenas o governo e as empresas, mas também a sociedade civil como um todo. A participação ativa dos diversos setores da sociedade é essencial para garantir que as mudanças propostas sejam justas, equilibradas e eficazes na promoção do desenvolvimento econômico sustentável do país. A transparência nas discussões sobre a reforma tributária é indispensável para construir consensos e evitar conflitos que possam prejudicar sua implementação.

Os impactos econômicos da reforma tributária são significativos, especialmente no que diz respeito à competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional. A simplificação do sistema tributário pode reduzir os custos de produção das empresas nacionais, tornando-as mais competitivas em relação aos concorrentes estrangeiros. Além disso, a maior previsibilidade das regras fiscais pode atrair investimentos estrangeiros para o Brasil, impulsionando o crescimento econômico e gerando empregos no país.

Diante da importância da reforma tributária para o desenvolvimento econômico do Brasil, é urgente que ela seja aprovada pelo Congresso Nacional. A demora na implementação das mudanças necessárias no sistema tributário pode comprometer a recuperação da economia brasileira pós-pandemia e prejudicar a competitividade das empresas no mercado global. Portanto, é indispensável que os parlamentares ajam com responsabilidade e senso de urgência na análise e votação das propostas de reforma tributária em tramitação no Legislativo.

2. A REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NO BRASIL

A proposta de criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) como substituto do PIS e da Cofins surge como uma medida para simplificar o sistema tributário brasileiro e reduzir a carga de impostos para as empresas. A ideia por trás dessa reforma é unificar esses dois tributos em um único imposto, com alíquota única, facilitando o cumprimento das obrigações fiscais e diminuindo a complexidade do sistema. Além disso, a CBS tem o potencial de reduzir os custos de conformidade fiscal das empresas, tornando o ambiente de negócios mais favorável e estimulando investimentos no país (FERNANDES, 2022).

Por outro lado, a implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) como parte da reforma tributária visa unificar diversos tributos indiretos em um único imposto, simplificando ainda mais o sistema tributário. Com uma alíquota única para o IBS, espera-se eliminar as distorções existentes na tributação sobre bens e serviços, tornando o sistema mais transparente e eficiente. Essa unificação também pode contribuir para a redução da sonegação fiscal e aumentar a arrecadação do governo (PEREIRA, 2021).

Os impactos positivos que a simplificação do sistema tributário pode trazer para as empresas são significativos. Além da redução da burocracia e dos custos de conformidade fiscal, as empresas poderão focar mais em suas atividades principais, aumentando sua produtividade e competitividade no mercado. Com menos tempo dedicado à questões fiscais complexas, os gestores terão mais recursos para investir em inovação e expansão dos negócios (SANTOS, 2022).

No entanto, as críticas à proposta de criação da CBS apontam possíveis distorções na distribuição da carga tributária entre os setores econômicos. Setores mais intensivos em mão-de-obra podem ser impactados de forma desproporcional em relação aos setores com maior uso de capital, o que poderia gerar distorções no mercado. Além disso, há

preocupações quanto ao impacto nos preços ao consumidor final, uma vez que os custos adicionais podem ser repassados aos produtos e serviços (MACIEL, 2023).

Diante dessas questões controversas, é indispensável promover um amplo debate público para discutir os detalhes da reforma tributária. A transparência nesse processo é essencial para garantir a participação da sociedade na tomada de decisões que afetam diretamente a economia do país. Somente com um diálogo aberto e democrático será possível construir um sistema tributário justo e eficiente (QUIRINO, 2022) (QUIRINO, 2022).

Ao considerar os diferentes perfis de empresas existentes no Brasil ao definir as regras e alíquotas dos novos impostos, é necessário evitar impactos desproporcionais para pequenas e médias empresas. Esses segmentos representam uma parcela significativa da economia nacional e devem ser protegidos de eventuais ônus adicionais decorrentes da reforma tributária. A equidade na distribuição dos encargos fiscais é essencial para garantir um ambiente empresarial saudável e sustentável (ROCHA, 2021).

Diante do cenário econômico atual, a urgência da reforma do sistema tributário no Brasil se faz cada vez mais evidente. A competitividade das empresas no mercado global depende diretamente de um ambiente regulatório favorável e simplificado. Portanto, a modernização do sistema tributário é crucial para estimular o crescimento econômico sustentável do país e atrair investimentos estrangeiros. A reforma deve ser encarada como uma oportunidade para impulsionar a economia brasileira rumo ao desenvolvimento pleno de seu potencial (CALIENDO, LIETZ, 2021).

2.1 BREVE HISTÓRICO DAS REFORMAS TRIBUTÁRIAS NO PAÍS

A criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 1967 foi um marco importante nas reformas tributárias no país. O ICMS substituiu diversos impostos estaduais e se tornou uma das principais fontes de arrecadação dos estados brasileiros. Sua implementação visava simplificar o sistema tributário e aumentar a eficiência na arrecadação de impostos, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país (FROENER; PERINGER, 2023).

Ao longo dos anos, diversas tentativas de reforma tributária foram propostas, incluindo a unificação de impostos federais, estaduais e municipais em um único imposto. Essas propostas visavam reduzir a complexidade do sistema tributário brasileiro e facilitar o cumprimento das obrigações fiscais pelas empresas. No entanto, a resistência política e econômica enfrentada por essas propostas muitas vezes resultou em adiamentos ou modificações significativas (ROCHA, 2021).

A necessidade de simplificação do sistema tributário brasileiro é evidente, uma vez que o atual modelo é complexo e burocrático para as empresas. A multiplicidade de impostos, alíquotas e obrigações acessórias dificulta a conformidade fiscal e aumenta os custos operacionais das organizações. Portanto, a simplificação do sistema tributário é indispensável para melhorar o ambiente de negócios no país (CAMPOS, 2021).

A carga tributária elevada no Brasil tem sido apontada como um dos principais entraves à competitividade das empresas no mercado internacional. Os altos impostos incidem sobre a produção, o consumo e os investimentos, reduzindo a capacidade das empresas brasileiras de competir com seus concorrentes estrangeiros. Nesse sentido, a reforma do sistema tributário é essencial para promover a competitividade das empresas brasileiras no cenário global (MACIEL, 2023).

A importância da reforma do sistema tributário vai além da questão da competitividade empresarial. Ela também é indispensável para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos no país. Um sistema tributário mais simples, justo e eficiente pode contribuir para o aumento dos investimentos produtivos, impulsionando a atividade econômica e gerando novas oportunidades de trabalho para a população (FROENER; PERINGER, 2023).

As expectativas em relação aos novos tributos propostos (CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços e IBS - Imposto sobre Bens e Serviços) são grandes. Esses novos impostos buscam simplificar o sistema tributário brasileiro, unificando diversas contribuições em um único imposto indireto sobre o valor agregado. Além disso, espera-se que esses novos tributos tornem a arrecadação mais eficiente, reduzindo custos administrativos para as empresas e aumentando a transparência na cobrança de impostos (ANDRADE, 2023), ANDRADE, 2023.

Ao longo da história das reformas tributárias no Brasil, tem-se observado uma série de desafios e obstáculos que dificultam a implementação de mudanças significativas no sistema fiscal do país. No entanto, diante da necessidade premente de simplificação e eficiência na arrecadação de impostos, as propostas atuais de reforma do sistema tributário representam uma oportunidade única para promover melhorias substanciais no ambiente empresarial brasileiro. A adoção dos novos tributos (CBS e IBS) pode ser um passo importante na direção da modernização do sistema fiscal nacional e na promoção do crescimento econômico sustentável (SANTOS, 2022).

2.2 NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

O sistema tributário brasileiro atualmente em vigor se mostra ultrapassado e complexo, o que acaba por dificultar o ambiente de negócios no país. A legislação tributária vigente é repleta de normas e procedimentos que tornam a apuração e o recolhimento dos tributos uma tarefa árdua para as empresas, especialmente para as pequenas e médias. Além disso, a carga fiscal elevada impacta diretamente na competitividade das empresas no mercado global, tornando-as menos atrativas para investidores estrangeiros (BORGES, 2023).

A proposta de criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) surge como uma alternativa para simplificar o sistema tributário e reduzir a carga fiscal sobre as empresas. A unificação de diversos impostos em um único tributo pode trazer benefícios tanto para os contribuintes quanto para a administração pública, facilitando a arrecadação e diminuindo a sonegação fiscal. No entanto, é necessário avaliar cuidadosamente os impactos que essa mudança pode gerar nas empresas, considerando não apenas os custos envolvidos, mas também a burocracia decorrente da implementação desses novos tributos (PEREIRA, 2021).

A implementação da CBS e do IBS pode ter repercussões significativas nas empresas, afetando não apenas seus custos operacionais, mas também sua capacidade de investimento e crescimento. É indispensável que haja um amplo debate com todos os setores da sociedade para garantir que a reforma tributária seja justa e equilibrada, levando em consideração as diferentes realidades econômicas e sociais do país. A

transparência nesse processo é essencial para construir consenso e legitimidade em torno das mudanças propostas (FERNANDES, 2022).

As peculiaridades de cada setor econômico devem ser levadas em conta na elaboração dos novos tributos, a fim de evitar distorções e injustiças que possam prejudicar determinadas atividades empresariais. A equalização das alíquotas e a definição de regras claras são fundamentais para garantir a eficácia da reforma tributária e minimizar possíveis impactos negativos nas empresas. É preciso buscar um equilíbrio entre a simplificação do sistema tributário e a proteção dos interesses dos contribuintes (SANTOS, 2022).

A urgência em promover mudanças no sistema tributário brasileiro se justifica pela necessidade de aumentar a competitividade das empresas no mercado global. Com um ambiente mais favorável aos negócios, as empresas poderão expandir suas operações, gerar empregos e contribuir para o desenvolvimento econômico do país. A modernização do sistema tributário é essencial para acompanhar as transformações do cenário internacional e garantir que as empresas brasileiras estejam preparadas para enfrentar os desafios da economia globalizada (CALIENDO, LIETZ, 2021).

Os desafios políticos e econômicos envolvidos na aprovação da reforma tributária são significativos, exigindo um amplo consenso entre os diferentes atores envolvidos. A complexidade do sistema tributário brasileiro reflete não apenas questões técnicas, mas também interesses políticos divergentes que podem dificultar o avanço das discussões. É preciso superar essas barreiras por meio do diálogo construtivo entre governo, empresários, trabalhadores e sociedade civil, visando alcançar um acordo que beneficie o conjunto da população (ROCHA, 2023).

A necessidade de atualização do sistema tributário brasileiro é incontestável diante dos desafios enfrentados pelas empresas no atual contexto econômico. A proposta de criação da CBS e do IBS representa uma oportunidade única para simplificar o sistema tributário e reduzir a carga fiscal sobre as empresas, promovendo maior competitividade no mercado global. No entanto, é imprescindível realizar uma ampla discussão com todos os setores da sociedade para garantir que a reforma tributária seja justa, equilibrada e eficaz na promoção do desenvolvimento econômico sustentável no Brasil (ARAÚJO NETO, 2022).

2.3 PRINCIPAIS PROPOSTAS DE REFORMA EM DISCUSSÃO

A proposta de criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) como substituto do PIS e da COFINS tem sido amplamente discutida no cenário político e econômico brasileiro. A ideia por trás dessa proposta é simplificar o sistema tributário nacional, reduzindo a complexidade e os custos de conformidade para as empresas. A CBS busca unificar a tributação sobre o consumo em um único imposto, eliminando a cumulatividade e promovendo uma maior transparência na arrecadação de tributos (QUIRINO, 2022).

A discussão em torno da unificação de diversos tributos em um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) também tem ganhado destaque nas conversas sobre reforma tributária no Brasil. A proposta visa reduzir a carga tributária sobre as empresas, tornando o sistema mais eficiente e menos oneroso. A unificação dos impostos pode simplificar o processo de arrecadação e fiscalização, facilitando o cumprimento das obrigações fiscais por parte das empresas (MENESES, 2022).

No entanto, as propostas de criação da CBS e do IBS têm sido alvo de críticas por parte de alguns setores da sociedade. Argumenta-se que a implementação desses novos tributos pode gerar aumento de custos para as empresas, especialmente as pequenas e médias, que podem não ter capacidade financeira para se adaptar às mudanças. Além disso, há preocupações quanto à possibilidade de aumento da carga tributária para determinados setores econômicos (FERNANDES, 2022).

É indispensável considerar os impactos das mudanças tributárias nas diferentes regiões do país, levando em conta as disparidades regionais existentes. As reformas tributárias devem ser pensadas levando em consideração as especificidades de cada região, garantindo que não haja um aumento das desigualdades regionais em termos de carga tributária e competitividade empresarial (CAMPOS, 2021).

Para garantir uma legislação mais justa e eficiente, é essencial promover um amplo debate público acerca das propostas de reforma tributária. A participação ativa dos diversos setores da sociedade nesse debate é crucial para garantir que os interesses dos

contribuintes sejam representados e que as mudanças propostas sejam realmente benéficas para a economia como um todo (ANDRADE, 2023).

A implementação da CBS e do IBS pode trazer benefícios significativos para as empresas em termos de simplificação dos processos fiscais. Com a unificação dos impostos sobre o consumo, as empresas podem ter uma redução nos custos administrativos relacionados ao cumprimento das obrigações fiscais, tornando o ambiente de negócios mais favorável e competitivo (ROCHA, 2023)..

3. A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OPERAÇÕES COM BENS E SERVIÇOS (CBS)

A alíquota da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) está prevista para ser de 12%, o que representa uma redução em relação à alíquota atual da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins. Essa redução tem como objetivo simplificar o sistema tributário e tornar a carga fiscal mais equilibrada para as empresas, incentivando a atividade econômica. A expectativa é que essa nova alíquota contribua para a competitividade das empresas no mercado nacional e internacional, estimulando investimentos e gerando empregos (BORGES, 2023).

A abrangência da CBS incidirá sobre a receita bruta auferida pelas pessoas jurídicas, incluindo as receitas financeiras e de vendas de bens e serviços. Isso significa que todas as operações realizadas pelas empresas estarão sujeitas à nova contribuição, independentemente do setor de atuação. Essa ampliação da base de cálculo visa aumentar a arrecadação tributária de forma mais justa e eficiente, garantindo uma distribuição equitativa dos encargos fiscais entre os contribuintes (ARAÚJO NETO, 2022).

A não cumulatividade da CBS permitirá o desconto de créditos decorrentes de aquisições de insumos e serviços utilizados na produção ou comercialização dos bens e serviços. Dessa forma, as empresas poderão compensar parte dos valores pagos na cadeia produtiva, reduzindo o impacto tributário sobre seus resultados financeiros. Essa medida visa incentivar a competitividade das empresas no mercado interno e externo,

promovendo um ambiente favorável ao crescimento econômico sustentável (QUIRINO, 2022) (QUIRINO, 2022).

As mudanças na forma de cálculo da CBS serão feitas com base no regime de competência, diferentemente do atual regime de caixa adotado para o PIS/Pasep e Cofins. Isso significa que as empresas deverão registrar suas receitas e despesas no momento em que são realizadas, independentemente do pagamento efetivo. Essa alteração tem como objetivo proporcionar maior transparência nas operações contábeis das empresas, facilitando o controle fiscal por parte das autoridades competentes (SANTOS, 2022) - SANTOS, 2022.

Os impactos da CBS nas empresas serão variados, podendo resultar em simplificação tributária e redução da carga fiscal para alguns setores econômicos. No entanto, é importante ressaltar que algumas empresas poderão enfrentar um aumento na carga tributária, especialmente aquelas que não conseguirem se beneficiar dos créditos fiscais disponíveis. Além disso, a transição do atual sistema para o novo modelo pode ser complexa e demandar ajustes significativos nas rotinas contábeis e fiscais das empresas (MACIEL, 2023).

As críticas à criação da CBS estão relacionadas principalmente à possibilidade de aumento da carga tributária para algumas empresas e à complexidade na transição do atual sistema para o novo modelo. Alguns setores econômicos argumentam que a nova contribuição pode impactar negativamente sua competitividade no mercado nacional e internacional, prejudicando sua capacidade de investimento e geração de empregos. Além disso, a falta de clareza nas regras de transição pode gerar incertezas e custos adicionais para as empresas durante o processo de adaptação (MENESES, 2022).

As expectativas em relação à implementação da CBS incluem a necessidade de ajustes na legislação tributária para garantir sua eficácia e adequação às necessidades das empresas. É indispensável que as autoridades fiscais estejam atentas às demandas do setor produtivo durante esse período de transição, buscando soluções que minimizem os impactos negativos sobre as atividades empresariais. O acompanhamento constante das mudanças na legislação tributária será essencial para garantir a conformidade fiscal das empresas e evitar possíveis conflitos legais no futuro (ROCHA, 2021).

3.1 CARACTERÍSTICAS DA CBS

A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) traz mudanças significativas em relação aos tributos atuais, como o PIS e a COFINS. A principal diferença está na base de cálculo, que passa a ser o valor total da receita bruta auferida pela empresa, sem a exclusão de determinadas despesas. Isso simplifica o sistema tributário ao eliminar a complexidade das regras de apuração dos tributos anteriores, tornando o processo mais transparente e objetivo (PEREIRA, 2021) PEREIRA, 2021.

A simplificação tributária promovida pela CBS visa reduzir a burocracia e os custos para as empresas. Com a unificação de diversos tributos em uma única contribuição, as empresas terão menos obrigações acessórias e poderão concentrar seus esforços em atividades produtivas. Além disso, a CBS busca eliminar distorções e incentivar a formalização das empresas, contribuindo para um ambiente de negócios mais favorável (FROENER; PERINGER, 2023).

Os impactos da CBS nas diferentes cadeias produtivas serão variados, considerando setores específicos da economia. Setores intensivos em mão de obra podem ser mais impactados pela mudança na base de cálculo, enquanto setores com margens de lucro maiores podem se beneficiar da simplificação tributária. É importante analisar cada segmento da economia para compreender como a CBS afetará a competitividade das empresas (CALIENDO, LIETZ, 2021).

Com a implementação da CBS, há a possibilidade de aumento da carga tributária para algumas empresas. Isso ocorre principalmente para aquelas que atualmente se beneficiam de regimes especiais ou isenções fiscais. É indispensável que as empresas realizem um planejamento tributário adequado para mitigar os impactos negativos da nova contribuição (ANDRADE, 2023).

As críticas em relação à proposta da CBS apresentada pelo governo incluem questões como a falta de transparência na definição das alíquotas e a ausência de medidas compensatórias para as empresas mais afetadas pela mudança. Sugestões de melhorias envolvem maior diálogo com os setores produtivos e ajustes na legislação para garantir uma transição suave para o novo sistema tributário (QUIRINO, 2022).

A adaptação das empresas às novas regras da CBS exigirá investimentos em tecnologia e capacitação de pessoal. Por exemplo, treinamentos internos serão necessários para capacitar os colaboradores a lidar com as mudanças trazidas pela nova contribuição. A automação dos processos fiscais será essencial para garantir o cumprimento das obrigações acessórias e evitar penalidades por descumprimento das normas. (FROENER; PERINGER, 2023).

Um outro exemplo prático que ilustra essa necessidade de investimento em tecnologia e capacitação de pessoal são os sistemas de TI, sistemas que possibilitem o cálculo preciso dos tributos devidos por meio de sistemas de informática. Devido à sua particularidade e taxas específicas, o CBS requer capacidades de processamento de dados detalhadas e precisas. Os sistemas de TI devem ser capazes de interpretar as nuances das transações comerciais e aplicar as taxas apropriadas de forma correta e automática (SANTOS, 2022) - SANTOS, 2022.)

As expectativas do mercado em relação aos impactos da CBS e do IBS nas empresas são variadas, considerando o cenário econômico atual. Alguns analistas preveem uma melhora na competitividade das empresas com a simplificação tributária, enquanto outros temem um aumento nos custos operacionais decorrente da mudança na carga tributária. O acompanhamento constante do cenário econômico será indispensável para avaliar os reais impactos desses novos tributos nas empresas e na economia como um todo (ROCHA, 2021).

3.2 IMPACTOS DA CBS NAS EMPRESAS

A implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) pode trazer diversos impactos para as empresas, principalmente no que diz respeito à simplificação do sistema tributário e à redução da carga burocrática. Com a unificação de tributos como PIS e COFINS, as empresas poderão ter processos mais simplificados e menos complexos, o que pode resultar em uma maior eficiência operacional. Além disso, a redução da burocracia tributária pode permitir que as empresas foquem mais em suas

atividades principais, aumentando sua produtividade e competitividade no mercado (BORGES, 2023), BORGES, 2023.

Diante das mudanças trazidas pela CBS, as empresas precisarão se adaptar revisando seus processos internos e capacitando seus colaboradores. A revisão de processos é essencial para garantir a conformidade com a nova legislação tributária e evitar possíveis penalidades. Já a capacitação dos colaboradores é indispensável para garantir que todos estejam alinhados com as novas regras e procedimentos, evitando erros e retrabalhos que podem impactar negativamente nos resultados da empresa (ARAÚJO NETO, 2022).

No entanto, a implementação da CBS também trará desafios para as empresas, como a adequação de sistemas de gestão. Muitas organizações terão que investir na atualização ou até mesmo na substituição de seus sistemas para garantir o correto cálculo e recolhimento dos tributos. Além disso, o aumento dos custos operacionais também é uma preocupação para as empresas, que terão que encontrar maneiras de absorver esses custos sem comprometer sua rentabilidade (MACIEL, 2023).

Apesar dos desafios, a CBS também pode trazer oportunidades para as empresas. Com a unificação dos tributos, as organizações terão a possibilidade de rever suas estratégias fiscais e buscar formas mais eficientes de gerenciar sua carga tributária. Isso pode resultar em uma melhoria na competitividade no mercado, já que empresas mais eficientes do ponto de vista fiscal tendem a ter vantagem em relação aos concorrentes (MENESES, 2022).

Para minimizar os impactos da CBS nas empresas e garantir sua sustentabilidade financeira, um planejamento tributário eficiente se faz necessário. As organizações devem analisar cuidadosamente seu cenário atual e identificar oportunidades de otimização fiscal, buscando formas legais de reduzir sua carga tributária sem correr riscos desnecessários. Um planejamento bem estruturado pode fazer toda diferença na saúde financeira das empresas diante das mudanças trazidas pela reforma tributária (ROCHA, 2023).

As expectativas do setor empresarial em relação à reforma tributária e aos novos tributos (CBS e IBS) são variadas, mas algumas demandas e preocupações são comuns entre as empresas. A simplificação do sistema tributário, a redução da carga burocrática e

a previsibilidade das regras fiscais são algumas das principais demandas do setor empresarial. Além disso, questões como a transição entre os regimes atuais para o novo sistema também geram preocupações quanto aos impactos financeiros e operacionais (PEREIRA, 2021).

Diante das mudanças no sistema tributário promovidas pela implementação da CBS, as perspectivas futuras para as empresas são mistas. Por um lado, os desafios iniciais podem gerar instabilidade e incerteza no curto prazo. Por outro lado, as oportunidades de revisão de estratégias fiscais e melhoria da competitividade podem trazer benefícios significativos no médio e longo prazo. Portanto, cabe às empresas se prepararem adequadamente para enfrentar os desafios imediatos e aproveitar as oportunidades que surgirão com a nova legislação tributária (CAMPOS, 2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os possíveis impactos da criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) nas empresas são vastos e variados. A unificação de tributos federais pode resultar em uma simplificação do sistema tributário, reduzindo a carga burocrática e os custos operacionais para as empresas. No entanto, é importante considerar que a CBS pode gerar um aumento da carga tributária para alguns setores, o que pode impactar negativamente a competitividade das empresas. Além disso, a transição para esse novo modelo de tributação exigirá investimentos em tecnologia e capacitação dos colaboradores, o que pode representar um desafio adicional para as organizações.

A complexidade do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) é um ponto de preocupação para as empresas que precisam se preparar para lidar com essa mudança. O IBS envolve a unificação de diversos impostos estaduais e municipais, o que pode aumentar a complexidade do sistema tributário brasileiro. As empresas terão que se adaptar a novas regras e procedimentos, além de garantir o cumprimento das obrigações fiscais de forma eficiente. Nesse sentido, é indispensável investir em sistemas de gestão tributária e capacitar profissionais responsáveis pela área fiscal.

A necessidade de simplificação do sistema tributário brasileiro é amplamente reconhecida como um dos principais objetivos da reforma tributária. A complexidade e a alta carga tributária atual dificultam a competitividade das empresas no mercado nacional e internacional. A reforma proposta visa simplificar o sistema, reduzindo a quantidade de impostos e tornando as regras mais claras e transparentes. Dessa forma, as empresas poderão focar mais em suas atividades principais e menos em questões fiscais.

Os desafios que as empresas enfrentarão na transição para o novo modelo de tributação são significativos. Questões operacionais, como a adaptação dos sistemas de informação e o treinamento dos colaboradores, serão cruciais para garantir uma transição suave. Além disso, as empresas terão que lidar com questões de compliance relacionadas às novas regras fiscais e à prestação de contas aos órgãos reguladores. É essencial que as organizações estejam preparadas para enfrentar esses desafios e garantir sua conformidade com a legislação vigente.

A importância da discussão pública e participação das empresas no processo de implementação da reforma tributária não pode ser subestimada. As empresas têm um papel indispensável na definição das políticas públicas relacionadas à tributação, uma vez que são diretamente afetadas por essas mudanças. A participação ativa do setor privado nas discussões sobre a reforma é essencial para garantir que as medidas adotadas sejam adequadas às necessidades das empresas e da economia como um todo.

As expectativas do mercado em relação aos impactos econômicos da reforma tributária são altas, especialmente no que diz respeito ao crescimento das empresas. A simplificação do sistema tributário e a redução da carga fiscal podem estimular investimentos produtivos e aumentar a competitividade das organizações no mercado global. No entanto, é importante ressaltar que os resultados positivos dessa reforma dependerão da efetiva implementação das medidas propostas e do engajamento das empresas nesse processo.

As perspectivas futuras para as empresas diante das mudanças propostas na reforma tributária são promissoras, mas também desafiadoras. A unificação dos impostos federais, estaduais e municipais pode abrir novas oportunidades de negócios e facilitar a expansão das atividades empresariais pelo país. Por outro lado, as organizações terão que se adaptar rapidamente às novas regras fiscais e garantir sua conformidade com a

legislação vigente. Nesse contexto, é indispensável que as empresas estejam preparadas para enfrentar os desafios decorrentes dessas mudanças estruturais no sistema tributário brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO NETO, F. A. Análise dos impactos da complexidade da tributação no funcionamento operacional e financeiro das empresas e as propostas de reforma tributária. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/47596>>. Acesso em: 2022.

MENESES, I. Proposta de emenda à Constituição nº 110/2019: uma análise da viabilidade constitucional de uma reforma ampla do Sistema Tributário Nacional sob os aspectos. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/33555>>. Acesso em: 2022.

SANTOS, F. M. Impactos da Reforma Tributária no Federalismo Fiscal Brasileiro. Epitaya E-books, 2022. Disponível em: <<https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/456>>. Acesso em: 10 out. 2022.

ANDRADE, MF. Desafios da reforma tributária brasileira no combate às desigualdades. 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54201>>. Acesso em: 10 out. 2023.

FROENER, D.; PERINGER, F. L. R. Impactos das reformas tributárias no desenvolvimento do software no Brasil: comentários à jurisprudência do STF e às possibilidades trazidas com a reforma tributária da PEC nº 45. Revista de Direitos Fundamentais e ..., 2023. Disponível em: <<https://www.rdf.com.br/revista/article/view/75>>. Acesso em: 10 out. 2023.

BORGES, V. Impacto da reforma tributária na cesta básica. Disponível em: <<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/4161>>. Acesso em: 2023.

CALIENDO, P.; LIETZ, B. Direito Tributário e Novas Tecnologias. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.uniscd.edu.mz/bitstream/123456789/2111/1/440%20-%20Direito%20Tribut%C3%A1rio%20e%20Novas%20Tecnologias%20%281%29.pdf>. Acesso em: [data de acesso].

ROCHA, W. Reforma Tributária em Pauta. Disponível em: <[https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=fHrxEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=A+reforma+do+Tribut%C3%A1rio+e+o+impacto+desses+novos+tributos+\(CBS+e+IBS\)+nas+empresas.+na+Direito&ots=yEqH8rXFbZ&sig=64h-5Ux9de-2HW5nl0SjLljHA7A](https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=fHrxEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=A+reforma+do+Tribut%C3%A1rio+e+o+impacto+desses+novos+tributos+(CBS+e+IBS)+nas+empresas.+na+Direito&ots=yEqH8rXFbZ&sig=64h-5Ux9de-2HW5nl0SjLljHA7A)>. Acesso em: 2021.

QUIRINO, F. A. Reforma tributária no Brasil. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/62536>>. Acesso em: 10 out. 2022.

MACIEL, L.P. O estabelecimento permanente virtual: mudanças na sociedade global ea necessidade de alteração no direito tributário. Disponível em: <[https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=VmLbEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA2&dq=A+reforma+do+Tribut%C3%A1rio+e+o+impacto+desses+novos+tributos+\(CBS+e+IBS\)+nas+empresas.+na+Direito&ots=Mulhlh05bf&sig=0kY2OXrKjQvuFdUSBG6iBN5YIYs](https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=VmLbEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA2&dq=A+reforma+do+Tribut%C3%A1rio+e+o+impacto+desses+novos+tributos+(CBS+e+IBS)+nas+empresas.+na+Direito&ots=Mulhlh05bf&sig=0kY2OXrKjQvuFdUSBG6iBN5YIYs)>. Acesso em: 2023.

ROCHA, VMA. O sistema tributário brasileiro ea economia digital globalizada: perspectivas atuais, reforma tributária e as diretrizes da OCDE acerca da tributação de operações. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/35968>>. Acesso em: 2023.

FERNANDES, G. L. A tributação de seguros nos países que adotam o imposto sobre valor agregado (IVA)–Considerações para a Reforma Tributária Brasileira. Revista Jurídica de Seguros, 2022. Disponível em: <https://flore.unifi.it/bitstream/2158/1293980/1/LIVRO%2017-FINAL-DIGITAL.pdf#page=79>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANTOS, LV. Análise do Imposto de Valor Agregado (IVA) e seu impacto na reforma tributária. Disponível em: <<http://repositorio.undb.edu.br/handle/areas/759>>. Acesso em: 2022.

CAMPOS, P. Tributos sobre transações digitais no Brasil: entre o ideal eo possível. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30753>>. Acesso em: 2021.

PEREIRA, T.G. PEC 45/2019, PEC 110/2019 e PL 3887/2020: uma análise sobre as propostas de mudança em nossa legislação tributária. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/41266>>. Acesso em: 10 out. 2021.